TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO

Versão Preliminar

Elaborado em 2025

PROGRAMA JUSTIÇA CARBONO ZERO

Fevereiro
2025

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Desembargador Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho

VICE PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Desembargador João Batista Barbosa

CORREGEDOR GERAL DE JUSTIÇA

Desembargador Leandro dos Santos

NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL CONSTITUÍDO PELA PORTARIA N° 1198/2022:

I – Renata Grigorio dos Anjos – Gerente de Pesquisas Estatísticas – Coordenadora do Núcleo;

II– Mário Heitor Medeiros dos Santos – Técnico Judiciário;

III – Aline Fernandes da Nobrega – Técnico Judiciário;

COMISSÃO GESTORA DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL CONSTITUÍDO PELA PORTARIA N° 107/2023:

I – Ivanoska Maria Esperia Gomes dos Santos – Coordenadora;

II – Renata Grigorio dos Anjos – Coordenadora do Núcleo de Gestão Socioambiental;

III– Mário Heitor Medeiros dos Santos – Membro do Núcleo de Gestão Socioambiental;

IV - Roberta Costa de Carvalho – Representante da Gerência de Projetos e Gestão Estratégica;

V - Liana Urquiza de Sá Lubambo – Gerente de Apoio Operacional,

VI - André da Silva Camilo – Representante da Gerência de Contratos.

Responsável pela elaboração: Renata Grigorio dos Anjos
(83) 99834-6768
renata.grigorio@tjpb.jus.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 6
OBJETIVOS 7
ABRANGÊNCIA DO PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO 8
METODOLOGIA 8
DIAGNÓSTICO - INVENTÁRIO DE EMISSÕES 9
METAS PARCIAS E FINAIS 10
AÇÕES DE MITIGAÇÃO E COMPENSAÇÃO PARA REDUÇÃO DE EMISSÕES DE GEE 12
PROJETO DE COMPENSAÇÃO 27
PROJETO DE COMPENSAÇÃO DE EMISSÕES DE GEE – ESCOPO 1 28
Projeto de Revegetação e Recuperação de Áreas Degradadas no Bioma Caatinga. 28
INDICADORES DE MONITORAMENTO 31
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO 32

APRESENTAÇÃO

Em compromisso com a meta estabelecida pelos Tribunais brasileiros de zerar as emissões de carbono até 2030, o Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) reafirma sua adesão às iniciativas globais de combate às mudanças climáticas, buscando uma trajetória de descarbonização pautada pela responsabilidade e eficácia. A Resolução Nº 594, de 08 de novembro de 2024, que institui o Programa Justiça Carbono Zero, orienta a adoção de medidas concretas para que o Judiciário contribua significativamente com os compromissos climáticos internacionais, com destaque para a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Neste cenário, o TJPB desenvolveu um plano estratégico robusto para reduzir suas emissões de GEE até 2030, estabelecendo como meta a neutralidade de carbono até 2040, por meio de ações consistentes de mitigação, compensação e aprimoramento contínuo de sua pegada ambiental.

Este documento, intitulado Plano de Descarbonização do Tribunal de Justiça da Paraíba, apresenta a estruturação e formalização das ações necessárias para atingir tais objetivos, consolidando a instituição como referência em práticas de gestão sustentável no âmbito do Judiciário. Ao implementar este plano, o TJPB não apenas cumpre normas legais e diretrizes globais, mas também reafirma seu compromisso institucional com a sustentabilidade, posicionando-se como protagonista no enfrentamento das mudanças climáticas e na preservação do meio ambiente.

O Plano de Descarbonização prioriza ações efetivas de redução e eliminação de emissões de GEE, em conformidade com as melhores práticas internacionais, como as normas da ISO 14064 e a metodologia do GHG Protocol, amplamente reconhecidas na gestão de emissões. O foco central está na redução máxima das emissões em todas as operações organizacionais, reservando a compensação de carbono exclusivamente para emissões residuais irreduzíveis. Essa abordagem estratégica reflete o compromisso do TJPB com soluções sustentáveis e metodologias avançadas, garantindo alinhamento com os mais elevados padrões internacionais.

OBJETIVOS

O **Plano de Descarbonização do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB)** foi concebido para guiar a instituição na redução significativa de suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e na busca pela neutralidade de carbono. Este compromisso reflete a responsabilidade do TJPB com a sustentabilidade, por meio de uma abordagem estratégica fundamentada em normas internacionalmente reconhecidas, como a ISO 14064 e o GHG Protocol.

As ações delineadas neste plano têm como prioridade a redução máxima das emissões em todas as operações institucionais, garantindo uma transição eficiente para a descarbonização. Essas ações estão orientadas pelos seguintes objetivos principais:

Reduzir as emissões de GEE até 2030

- Alinhar as atividades do TJPB às metas globais de combate às mudanças climáticas.
- Cumprir os compromissos estabelecidos pela Resolução Nº 594 de 2024, que institui a descarbonização do Judiciário brasileiro.

Alcançar a neutralidade de carbono até 2040

- Implementar ações contínuas de redução e compensação de emissões, com foco no uso de energias renováveis, eficiência energética e mobilidade sustentável.
- Priorizar a redução de emissões diretas e indiretas, reservando a compensação para emissões residuais irreduzíveis.

Consolidar o TJPB como referência em gestão sustentável no Judiciário

- Posicionar o TJPB como modelo de boas práticas ambientais, influenciando positivamente outras instituições a adotarem iniciativas semelhantes.
- Estimular a conscientização e o engajamento de servidores e magistrados, reforçando a importância da sustentabilidade na atuação institucional.

ABRANGÊNCIA DO PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO

O Plano de descarbonização do TJPB abrange todo os prédios da instituição, com ações previstas para serem implementadas de forma gradativa.

METODOLOGIA

A metodologia do **Plano de Descarbonização do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB)** baseia-se em um ciclo contínuo de planejamento, implementação, monitoramento e melhoria, garantindo a adaptabilidade e a eficiência das ações ao longo do tempo. Foi estruturada nas seguintes etapas:

ETAPA 1: Elaboração do Inventário de Emissões:

Nesta etapa, o TJPB realiza um levantamento detalhado das fontes de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE), utilizando as diretrizes do GHG Protocol para identificar e quantificar as emissões diretas e indiretas associadas às atividades institucionais.

ETAPA 2: Definição de Metas e Indicadores:

Com base nos dados do inventário, são estabelecidas metas para reduzir emissões até 2030 e alcançar a neutralidade de carbono até 2040, além de indicadores que permitem monitorar e avaliar o progresso de forma contínua e estratégica.

ETAPA 3: Implementação de Ações de Redução e Compensação:

Diante do diagnóstico serão adotadas pelo TJPB medidas de redução e compensação de emissões de GEE, como eficiência energética, uso de energias renováveis e mobilidade sustentável, complementadas por ações de compensação, como recuperação de áreas degradadas a partir de revegetação e geração de créditos de carbono, para lidar com emissões residuais.

ETAPA 4: Monitoramento e Avaliação:

As ações implementadas são continuamente monitoradas por meio de indicadores específicos, e os resultados são revisados periodicamente para ajustar as estratégias e assegurar o alinhamento com os objetivos de descarbonização

DIAGNÓSTICO - INVENTÁRIO DE EMISSÕES

O Tribunal de Justiça da Paraíba elabora anualmente seus Inventários de Gases de Efeito Estufa (GEE), medidos em toneladas de CO_2 equivalente, utilizando a metodologia da plataforma GHG Protocol, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com esse inventário é possível quantificar as emissões e determinar quais ações de redução e compensação de emissões de carbono podem ser implementadas. O inventário segue a metodologia padronizada, considerando três escopos:

Escopo 1	Emissões diretas provenientes de fontes próprias da instituição, como a queima de combustíveis em veículos oficiais e emissões fugitivas de ar-condicionado, resultantes do vazamento de refrigerantes nos sistemas de climatização.
Escopo 2	Emissões indiretas associadas ao consumo de energia elétrica comprada de fornecedores.
Escopo 3	Outras emissões indiretas que ocorrem na cadeia de valor da instituição, como viagens a trabalho, transporte terceirizado, e emissões casa-trabalho

Inventário GEE 2023

Escopo	Categoria	Descrição	Emissões tCO2
Escopo 1	Combustão estacionária	Emissões do consumo de GLP em copas.	1.108,868
	Combustão móvel	Emissões da frota locada de veículos (gasolina, etanol e diesel).	
	Emissões fugitivas	Emissões das recargas de extintores de CO2 e gás de refrigeração.	
Escopo 2	Consumo de eletricidade	Emissões indiretas da eletricidade adquirida das concessionárias.	288.085,169
Escopo 3	Viagens a Negócios	Emissões geradas por deslocamentos aéreos realizados por servidores do TJPB para fins profissionais.	2.982.225,245
	Bens e Serviços Comprados	Emissões associadas à compra de Papel e Copos Descartáveis.	
	Deslocamento de funcionários casa-trabalho	Emissões resultantes dos deslocamentos diários dos servidores entre suas residências e o local de trabalho.	

METAS PARCIAS E FINAIS

Seguindo as recomendações da Resolução CNJ nº 594/2024, o TJPB deverá ter como meta final:

- Alcançar emissões líquidas zero (Net Zero) até 2050.
- 01 ação de compensação até 28/02/2026.

Como metas parciais do TJPB

- Alcançar ao menos 42% de redução das emissões de GEE para os escopos 1 e 2 até 2030
- Realizar 02 ações de redução de emissões devem ser realizadas até 31/12/2025 (incluindo medida de transição energética limpa);
- Alcançar ao menos 25% de redução das emissões de GEE para o escopo 3 até 2030.

A seguir serão apresentadas ações de redução de emissões de GEE, considerando o contexto institucional do TJPB e em conformidade com a Resolução CNJ nº 594/2024, na mesma ordem, numeração e siglas da mencionada resolução:

AC1 – Energias renováveis
Ação referente: Escopo 2
Objetivo: Ações para implementar o uso de fontes alternativas de energia limpa Reduzir as emissões de GEE, promover a autossuficiência energética.
Ação: Implantação do sistema de energia solar fotovoltaica no Tribunal, adquirindo uma geração de energia limpa e reduzindo a dependência de fontes não renováveis.

AC2 – Eficiência Energética
Ação referente: Escopo 2
Objetivo: otimização do uso de energia, buscando obter o máximo desempenho com o menor consumo possível e menos impacto ambiental.
Ações: Substituição de lâmpadas convencionais por lâmpadas de LED; Implementação de Sistemas Automatizados de Gestão de Energia

AC4 – Transporte sustentável
Ação referente: Escopo 1
Objetivo: redução de emissões de GEE no transporte
Ações: realizar sensibilização dos condutores sobre boas práticas de eco condução e condução defensiva; Incentivar o abastecimento dos veículos flex prioritariamente com etanol. Estimular transporte coletivo, caronas solidárias e bicicletário Aquisição de veículos elétricos

AC6 – Destinação adequada de resíduos
Ações referente: Escopo 3
Objetivo: destinar adequadamente os resíduos do Tribunal
Ações: implantar as ações do Plano de Gerenciamento dos Resíduos; Estudo preliminar sobre a gestão dos depósitos judiciais; Manter as campanhas de sensibilização para redução da geração dos resíduos sólidos e destinação correta

AC8– - outras ações
Ação referente: Escopo 1, 2 e 3
Objetivo: sensibilizar os servidores para redução GEE
Ações: capacitação sobre práticas sustentável, elaboração de campanhas e materiais educativos

Núcleo TJPB Socioambiental

AÇÕES DE MITIGAÇÃO E COMPENSAÇÃO PARA REDUCÃO DE EMISSÕES DE GEE

AÇÃO 1: PROGRAMA DE TRANSIÇÃO PARA ENERGIA LIMPA - INSTALAÇÃO DE PAINÉIS SOLARES FOTOVOLTAICOS (ESCOPO 2)

A instalação de painéis solares fotovoltaicos tem como objetivo transformar a matriz energética dos prédios administrativos e fóruns do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB). Essa ação visa reduzir a dependência de fontes de energia não renováveis, promover a autossuficiência energética e contribuir significativamente para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Etapas de Implementação:

Levantamento Inicial (2025 - 1º semestre):

- ✓ Identificar os prédios mais adequados para a instalação de sistemas fotovoltaicos, com base em fatores como insolação, estrutura e consumo energético.
- ✓ Contratar consultoria técnica especializada para elaboração de projeto executivo.

Parcerias e Licitação (2025 - 2º semestre):

- ✓ Estabelecer parcerias com fornecedores e empresas especializadas em energia solar.
- ✓ Conduzir processos de licitação para a aquisição e instalação dos equipamentos.

Fase Piloto (2026):

- ✓ Instalar painéis solares em prédios prioritários, como a sede administrativa e um fórum de grande porte, avaliando os custos, benefícios e desafios operacionais.
- ✓ Realizar treinamento das equipes responsáveis pela operação e manutenção do sistema.

Expansão Gradual (2026):

- ✓ Expandir a instalação para demais unidades selecionadas no levantamento inicial.
- ✓ Incorporar ajustes e melhorias identificados durante a fase piloto.

Aplicação: Priorizar prédios administrativos e fóruns com maior potencial de geração solar e consumo energético, iniciando por unidades localizadas em regiões de alta incidência solar.

Monitoramento e Gestão: Núcleo de Sustentabilidade e Departamento de Engenharia do TJPB através de relatórios trimestrais sobre geração de energia, economia financeira e redução de emissões.

Controle e Avaliação:
Indicadores: Percentual de prédios com painéis solares instalados; redução em kWh de consumo de energia não renovável; toneladas de CO_2 evitadas.
Auditorias anuais para avaliar o desempenho dos sistemas e identificar oportunidades de melhoria.

Viabilidade Econômica:

Investimento inicial significativo, mas compensado por economia com consumo de energia elétrica ao longo do tempo. Possibilidade de captação de recursos via parcerias com programas de incentivo a energias renováveis.
Impacto Esperado: Redução de até 30% do consumo de energia não renovável nas unidades onde os sistemas forem implementados. Contribuição direta para a meta de neutralidade de carbono do TJPB até 2040. Fortalecimento da imagem institucional do TJPB como referência em sustentabilidade no Judiciário.

AÇÃO 2: IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS AUTOMATIZADOS DE GESTÃO DE ENERGIA- (ESCOPO 2)
Implantar sistemas de gestão automatizada de energia em todos os prédios administrativos e fóruns, permitindo monitoramento em tempo real e ajustes automáticos de consumo.
Etapas de Implementação: ✓ Planejamento (2025 - 1º semestre): Mapear os prédios e sistemas existentes para avaliar necessidades de automatização. ✓ Aquisição e Configuração (2025 - 2º semestre): Contratar fornecedores especializados. ✓ Configuração do Sistema (2026 - 1º semestre): ✓ Configurar os sistemas de gestão nas unidades identificadas. ✓ Treinamento e Monitoramento (2026 - 2º semestre): Capacitar equipes para operar os sistemas e monitorar continuamente para garantir desempenho.
Aplicação: todos os prédios administrativos e fóruns do TJPB.
Monitoramento e Gestão: Núcleo de Sustentabilidade e DITEC.
Controle e Avaliação: Indicadores de consumo energético em kWh e eficiência por prédio
Viabilidade Econômica: Investimento inicial moderado, com rápido retorno devido à economia gerada.
Impacto Esperado: Redução de até 20% no consumo energético total devido à eliminação de desperdícios.

AÇÃO 3: SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS OBSOLETOS POR MODELOS MAIS EFICIENTES- (ESCOPO 2)
O TJPB visa substituir 100% dos equipamentos obsoletos por modelos com maior eficiência energética, priorizando os de maior impacto no consumo.
Etapas de Implementação: Inventário e Planejamento (2025 - 1º semestre): ✓ Realizar inventário de equipamentos obsoletos. ✓ Priorizar substituições com base em consumo e custo-benefício. Aquisição e Instalação (2025 - 2º semestre a 2030): ✓ Adquirir novos equipamentos. ✓ Instalar e testar os novos sistemas em todas as unidades. Monitoramento e Otimização (2026 em diante): ✓ Acompanhar o desempenho e economias geradas.
Aplicação: todos os prédios do TJPB.
Monitoramento e Gestão: Gerência de Engenharia e DITEC.
Controle e Avaliação: Comparação anual do consumo energético pré e pós-substituição.
Viabilidade Econômica: Investimento distribuído ao longo de cinco anos, com economia significativa no médio e longo prazo
Impacto Esperado: Redução de até 25% no consumo de energia elétrica relacionado aos equipamentos.

AÇÃO 4: PROGRAMA DE SUBSTITUIÇÃO DE GASOLINA POR ETANOL NA FROTA FLEX- (ESCOPO 1)
A substituição da gasolina por etanol nos veículos flex da frota do TJPB tem como propósito reduzir as emissões de GEE relacionadas ao transporte. O etanol, uma fonte de energia renovável, emite significativamente menos CO_2 do que a gasolina, contribuindo diretamente para a redução da pegada de carbono da organização.
Etapas de Implementação: Planejamento da Transição (Mês 1): ✓ Realizar um estudo para avaliar custos, infraestrutura necessária e fornecedores, garantindo viabilidade técnica e econômica para a mudança. Revisão de Contratos de Abastecimento (Mês 1 a 2): ✓ Avaliar e renegociar contratos com fornecedores de combustíveis, priorizando condições que garantam a disponibilidade de etanol em proporção mínima de 50% no abastecimento da frota. Logística de Abastecimento (Meses 2 a 6): ✓ Implementar um sistema para abastecimento regular com etanol, garantindo que a proporção 50-50 (etanol-gasolina) seja respeitada como o padrão mínimo para todos os veículos flex. Monitoramento e Ajustes (Mensalmente): ✓ Acompanhar o consumo de etanol em relação à gasolina, ajustando processos para maximizar eficiência, respeitar os parâmetros contratuais e reduzir emissões.
Aplicação: Todos os veículos flex pertencentes à frota do TJPB, tanto para deslocamentos internos quanto externos.
Monitoramento e Gestão: O Núcleo de Sustentabilidade e o Setor de Transporte serão responsáveis por supervisionar a implementação, acompanhar os resultados e realizar ajustes conforme necessário.
Controle e Avaliação: Será criado um sistema de registro e controle de consumo de combustível para medir a eficácia da substituição, quantificar a redução das emissões de GEE e avaliar o cumprimento das condições contratuais relativas à proporção 50-50 de etanol.
Viabilidade Econômica: A adaptação não gera custo adicional, pois os veículos flex já são compatíveis com o etanol. Além disso, os custos operacionais a longo prazo podem ser menores, dependendo da flutuação de preços entre gasolina e etanol.

Impacto Esperado: A substituição, associada à revisão contratual, garantirá uma transição eficiente e sustentável, contribuindo diretamente para o cumprimento das metas de descarbonização da organização, reduzindo emissões de GEE e promovendo o uso estratégico de combustíveis mais limpos.

AÇÃO 5: SUBSTITUIÇÃO GRADUAL DA FROTA FLEX POR VEÍCULOS ELÉTRICOS – (ESCOPO 1)
O TJPB tem como compromisso iniciar um programa de transição da frota flex por veículos elétricos de forma gradativa.
Planejamento da Transição (2º semestre/2025): ✓ Realizar um estudo para avaliar custos referente a aquisição ou locação de veículos elétricos para os prédios da região metropolitana de João Pessoa. Fase de Contratação (2º semestre/2025): ✓ Avaliar e renegociar contratos com fornecedores de referente a frota elétrica Logística da utilização dos carros (2º semestre/2025): ✓ Implementar um sistema para abastecimento dos carros elétricos nos prédios da região metropolitana de João Pessoa; priorizar que as demandas de viagens da região metropolitana sejam realizadas com os carros elétricos. Monitoramento e Ajustes (Mensalmente): ✓ Acompanhar a logística, ajustando processos para maximizar eficiência, respeitar os parâmetros contratuais e reduzir emissões.
Aplicação: inicialmente região metropolitana de João Pessoa
Monitoramento e Gestão: O Núcleo de Sustentabilidade e o Setor de Transporte serão responsáveis por supervisionar a implementação, acompanhar os resultados e realizar ajustes conforme necessário.
Controle e Avaliação: Será criado um sistema de registro e controle para medir a eficácia da substituição, para quantificar a redução das emissões de GEE e avaliar.
Viabilidade Econômica: A transição para carros elétricos irá gera impacto financeiro, que será compensado a longo prazo com a redução de gastos econômicos e na pegada de carbono do TJPB.

Impacto Esperado: A substituição garantirá uma transição eficiente e sustentável inicialmente a nível regional, contribuindo diretamente para o cumprimento das metas de descarbonização da organização e reduzindo as emissões de GEE.

AÇÃO 6: INCENTIVO AO USO DE TRANSPORTE PÚBLICO (ESCOPO 1)

O TJPB visa criar incentivos para estimular o uso de transporte público, como subsídios para passagens ou reembolsos parciais, promovendo uma alternativa sustentável ao transporte individual motorizado. Como também, a partir do contexto de cada Fórum, realizar a instalação de bicicletários. Ambas ações tem como objetivo promover um deslocamento do servidor de forma mais sustentável colaborando de forma efetiva para a redução de emissões de GEE e a poluição do ar.

Etapas de Implementação:

Estudo de Viabilidade (2024/2025 - 1º semestre):

- ✓ Levantar dados sobre a utilização de transporte pelos servidores.
- ✓ Avaliar custos e formas de incentivo, como subsídios ou reembolsos.

Estruturação do Programa (2025 - 2º semestre):

- ✓ Desenvolver política interna para os incentivos.
- ✓ Firmar parcerias com empresas de transporte público.

Lançamento e Divulgação (2026 - 1º semestre):

- ✓ Implementar o programa piloto.
- ✓ Divulgar amplamente a iniciativa para servidores.

Monitoramento e Expansão (2026 - 2º semestre):

- ✓ Acompanhar os resultados e ajustar o programa conforme necessário.

Aplicação: Todos os servidores do TJPB, com foco inicial em regiões com boa cobertura de transporte público
Monitoramento e Gestão: Núcleo de Sustentabilidade e DIGEP, com relatórios semestrais sobre a adesão e impacto.
Controle e Avaliação: Indicadores: Percentual de servidores que utilizam transporte público; redução estimada de emissões de GEE. Auditorias: Avaliação anual dos resultados e feedback dos servidores.
Viabilidade Econômica: Investimentos moderados em subsídios, com retorno indireto por meio de ganhos ambientais e redução de custos com estacionamento e transporte institucional.
Impacto Esperado: Aumento de 20% no número de servidores que utilizam transporte público até 2025. Redução significativa nas emissões associadas ao transporte individual.

AÇÃO 7 - PROGRAMA DE EFICIÊNCIA DE VIAGENS A NEGÓCIO – ESCOPO 3

Etapas de Implementação:

Estruturação do Programa (2025 - 2º semestre):

- ✓ Desenvolver política interna para substituições de viagens por reuniões virtuais
- ✓ Adotar políticas de planejamento antecipado para reduzir escalas e trajetos mais poluentes, além de preocupar em deslocar somente os servidores indispensáveis à atividade.

Lançamento e Divulgação (2026 - 1º semestre):

- ✓ Implementar o programa piloto.
- ✓ Divulgar amplamente a iniciativa para servidores.

Monitoramento e Expansão (2026 - 2º semestre):

- ✓ Acompanhar os resultados e ajustar o programa conforme necessário.

Aplicação: Todos os servidores do TJPB, com foco inicial em regiões com boa cobertura de transporte público.
Monitoramento e Gestão: Monitoramento e Gestão: Núcleo de Sustentabilidade e DIGEP, com relatórios semestrais sobre a adesão e impacto.
Controle e Avaliação: Indicadores: medir o tempo médio de antecedência de compra de um bilhete aéreo/ avalia a eficiência das despesas com viagens aéreas do tribunal, considerando o volume de viagens e os custos associados. Auditorias: Avaliação anual dos resultados e feedback dos servidores.
Viabilidade Econômica: Investimentos sem custos
Impacto Esperado: Redução de 1% no número de servidores que utilizam transporte aéreo até 2025. Redução significativa nas emissões associadas ao transporte aéreo

AÇÃO 8: IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DO TJPB – (ESCOPO 3)
Implementar o Plano de Gerenciamento de Resíduos em todas as unidades do TJPB, promovendo a destinação correta dos resíduos, o monitoramento e as ações de redução e não geração. O TJPB já dispõe do Plano de Gestão de Resíduos e segue agora para as ações de execução das etapas previstas.
Etapas de Implementação: Implantação (a partir de 2025 - 1º semestre): ✓ Implementar o plano de forma gradual em todas as unidades. ✓ Fornecer infraestrutura necessária, como lixeiras específicas para coleta seletiva. Monitoramento e Avaliação (2025 - 2º semestre): ✓ Acompanhar indicadores de redução de resíduos não recicláveis. ✓ Promover ajustes no plano com base em resultados.

Aplicação: Todas as unidades do TJPB.
Monitoramento e Gestão: Núcleo de Sustentabilidade e setores administrativos locais, por meio de relatórios mensais sobre a redução de resíduos e adesão ao plano.
Controle e Avaliação: Indicadores: Percentual de unidades com plano implementado; redução em toneladas de resíduos não recicláveis. Auditorias: Avaliação semestral da eficácia do plano.
Viabilidade Econômica: Custos iniciais moderados para infraestrutura e capacitação, compensados por economias com a destinação adequada de resíduos.
Impacto Esperado: Redução de 20% na geração de resíduos não recicláveis até 2026. Aumento na taxa de reciclagem em todas as unidades do TJPB.

AÇÃO 9: IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE COMPOSTAGEM DE RESÍDUOS ORGÂNICOS NOS PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS – (ESCOPO 3)

Visando potencializar a redução de emissões de GEE alinhando com o Plano de Gestão de Resíduos pretende-se implantar sistemas de compostagem nos prédios administrativos do TJPB, considerando a viabilidade técnica de cada Fórum. A compostagem é uma prática ambientalmente adequada, conforme estabelecido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010). Seus benefícios são: melhoraria na qualidade do solo, além de reduzir significativamente o volume de resíduos encaminhados para aterros sanitários, e com isso diminuindo a emissões de gases.

Etapas de Implementação:

Planejamento e Diagnóstico (2025 - 2º semestre):

- ✓ Identificar prédios com maior geração de resíduos orgânicos.

✓ Avaliar espaços disponíveis para instalação de composteiras. Implantação Piloto (2026 - 1º semestre): ✓ Iniciar sistemas de compostagem em prédios selecionados. ✓ Realizar treinamentos sobre separação e destinação de resíduos orgânicos. Expansão e Consolidação (2026 - 2º semestre): ✓ Expandir os sistemas de compostagem para atingir 20% dos prédios. ✓ Garantir manutenção e operação contínua. Monitoramento e Aperfeiçoamento (2026): ✓ Avaliar a quantidade de resíduos transformados em adubo e sua aplicação. ✓ Identificar melhorias no processo de compostagem.
Aplicação: Prédios do TJPB, com foco em áreas com maior geração de resíduos orgânicos e áreas disponíveis para a instalação das composteiras.
Monitoramento e Gestão: Núcleo de Sustentabilidade e setores administrativos responsáveis por relatórios trimestrais de resíduos compostados e adubo produzido.
Controle e Avaliação: Indicadores: Percentual de prédios com sistemas de compostagem; toneladas de resíduos compostados. Auditorias: Avaliação semestral do desempenho das composteiras.
Viabilidade Econômica: Baixo custo inicial para aquisição de composteiras e materiais, com economia gerada pela redução de resíduos enviados a aterros.
Impacto Esperado: Implementação em 20% dos prédios administrativos até 2025. Redução significativa no envio de resíduos orgânicos para aterros. Produção de adubo para usos internos ou doação a comunidades.

AÇÃO 10: CAPACITAÇÃO SOBRE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS (ESCOPO 1,2 E 3)

O TJPB já vem desenvolvendo no seu Plano de Logística Sustentável uma série de ações de educativas voltadas para as temáticas ambientais e práticas sustentáveis. No tocante a redução de emissões de GEE, está previsto ações específicas com foco em atividades itinerantes de sensibilização, produção de material educativo/informativo e programa de capacitação, visando desenvolver uma cultura organizacional sustentável.

Etapas de Implementação:

Desenvolvimento de Programas (2024/2025):

- ✓ Criar conteúdo e materiais para capacitações.
- ✓ Firmar parcerias com especialistas em sustentabilidade.

Capacitação Inicial (2025):

- ✓ Realizar treinamentos em grupos selecionados como piloto.
- ✓ Avaliar o impacto inicial e ajustar os programas.

Expansão Gradual (2026):

- ✓ Ampliar o alcance das capacitações para mais servidores.
- ✓ Incorporar novas temáticas relacionadas à sustentabilidade.

Aplicação: Servidores e Magistrados do TJPB.

Monitoramento e Gestão: Núcleo de Sustentabilidade, por meio de relatórios anuais sobre a adesão e eficácia das capacitações.

Controle e Avaliação: Indicadores: Percentual de servidores capacitados; aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.
Auditorias: Revisão anual do conteúdo e impacto das capacitações.

Viabilidade Econômica: Custos baixos a moderados para desenvolvimento de materiais e contratação de instrutores.

Impacto Esperado: Capacitação de 50% dos servidores do TJPB em práticas sustentáveis até 2030.
Disseminação de uma cultura organizacional voltada à sustentabilidade.

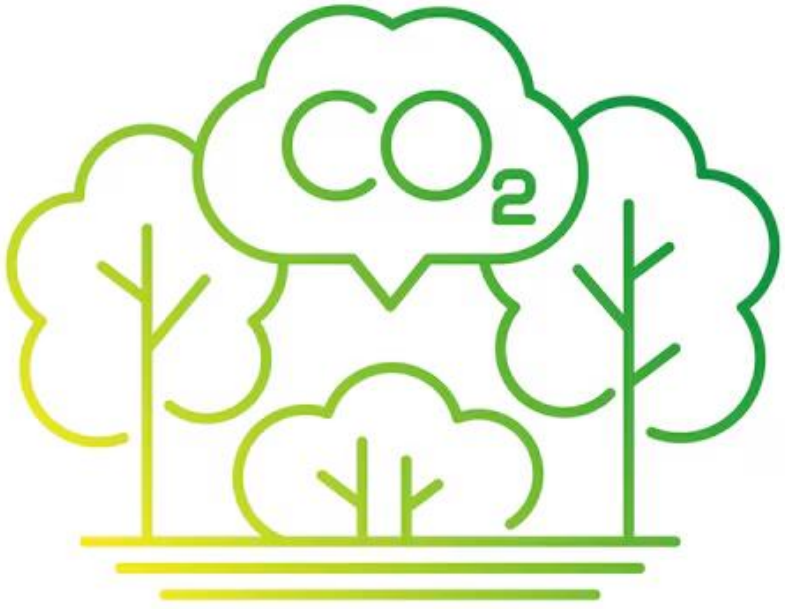
AÇÃO 11: CAMPANHAS INTERNAS DE SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL - (ESCOPO 1,2 E 3)
Com o intuito de sensibilizar os servidores do TJPB, serão realizadas campanhas internas de sensibilização de forma contínua, com dicas de práticas sustentáveis a serem adotadas no ambiente de trabalho e no cotidiano.
Etapas de Implementação: Planejamento e Temáticas (2024/2025): ✓ Definir os temas das campanhas e cronograma anual. ✓ Desenvolver materiais de comunicação visual e digital. Lançamento das Campanhas (2025 - Anualmente): ✓ Promover ao menos duas campanhas anuais. ✓ Utilizar diversos canais, como e-mails, palestras e cartazes. Engajamento e Feedback (2025 - Contínuo): ✓ Estimular a participação ativa dos servidores. ✓ Coletar sugestões para melhorias em futuras campanhas
Aplicação: Servidores e Magistrados do TJPB.
Monitoramento e Gestão: Núcleo de Sustentabilidade, com relatórios semestrais sobre alcance e impacto das campanhas.
Controle e Avaliação: Indicadores: Percentual de servidores atingidos; engajamento em atividades propostas pelas campanhas. Auditorias: Revisão anual dos resultados e impacto qualitativo.
Viabilidade Econômica: Custos baixos, utilizando materiais digitais e recursos internos. .
Impacto Esperado: Realização de pelo menos 5 campanhas anuais, atingindo 80% dos servidores até 2026.

AÇÃO 12: WEBINÁRIO/PALESTRA DE SENSIBILIZAÇÃO SOBRE O PROGRAMA CARBONO ZERO PARA ALTA ADMINISTRAÇÃO - (ESCOPO 1,2 E 3)
Realizar palestra com o especialista para sensibilizar gestores, diretores, gerente, magistrados e todo o corpo funcional sobre a importância da gestão de emissões de GEE e a implementação de estratégias de descarbonização, promovendo a conscientização e o alinhamento às metas de neutralidade de carbono.
Etapas de Implementação: Planejamento (janeiro de 2025): ✓ Definir a logística da palestra (presencial ou telepresencial). ✓ Organização do Evento (fevereiro - março de 2025): ✓ Preparar e enviar convites ao público-alvo. Realização da Palestra (abril-maio de 2025): ✓ Realizar a palestra com monitoramento da participação. Acompanhamento e Avaliação (junho de 2025): ✓ Avaliar a adesão e o impacto da palestra com feedback dos participantes.
Aplicação: Alta administração, magistrados, secretários, diretores e gestores do TJPB, com possibilidade de expandir para todo o corpo funcional.
Monitoramento e Gestão: Núcleo de Sustentabilidade, com relatórios sobre participação e engajamento.
Controle e Avaliação: Indicadores: Percentual de participantes, feedback da palestra, alinhamento com os compromissos de sustentabilidade. Auditorias: Acompanhamento do impacto e engajamento estratégico.
Viabilidade Econômica: Custos baixos, utilizando materiais digitais e recursos internos. .
Impacto Esperado: Engajamento estratégico: Alta administração sensibilizada e alinhada às metas compromissos institucionais de sustentabilidade. Conformidade normativa: Atendimento à Resolução Nº 594/2024, que exige capacitação sobre descarbonização. Efetividade estratégica: Mobilização de lideranças para priorizar ações de descarbonização e alinhamento à agenda nacional de sustentabilidade e neutralidade de carbono.

Indicadores da Resolução Nº 594/2024: Indicador CultGEE2: Número de ações de capacitação e sensibilização de emissões de GEE e incentivos a práticas sustentáveis.

Núcleo TJPB
Socioambiental

PROJETO DE COMPENSAÇÃO



PROJETO DE COMPENSAÇÃO DE EMISSÕES DE GEE – ESCOPO 1

Apesar das ações de mitigação a serem adotadas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa no âmbito do Tribunal, compreende-se que ainda serão necessárias estratégias para compensar a pegada de carbono residual, ou seja, aquelas emissões que não podem ser totalmente neutralizadas pelas atividades do Tribunal de Justiça da Paraíba. Neste sentido estão dispostas duas propostas para neutralizar as emissões residuais de GEE: uma baseada na natureza, com foco em projeto de revegetação em área degradada do bioma Caatinga e a compra de créditos de carbono.

Projeto de Revegetação e Recuperação de Áreas Degradadas no Bioma Caatinga.

Com o intuito de compensar a pegada de carbono causada pelas atividades do Tribunal, pretende-se desenvolver um Projeto de revegetação em área degradada da Caatinga. A escolha do Bioma Caatinga se justifica por ser o mais eficiente no sequestro de carbono.

Segundo estudos do Observatório Nacional da Caatinga, o bioma atua como excelente sequestradora de CO2, mesmo em períodos de seca extrema. Em áreas de caatinga hipoxerófilas (mais úmidas), ela sequestra até cinco toneladas de CO2 por hectare-ano. Em áreas de caatinga hiperxerófilas (mais secas) o sequestro varia entre 1,5 a 2,5 toneladas de CO2 por hectare-ano.

O estudo também revelou que a substituição da Caatinga Densa por pastagens e agricultura causam perdas de mais de 50% dos estoques de Carbono do ecossistema, atingindo quase 65 toneladas de Carbono por hectare. Desta forma, estas áreas representam uma elevada oportunidade para sequestrar carbono via processos de reabilitação (repovoamento) ou através de desenvolvimento de sistemas produção de base agroecológica.

O TJPB compreende que sequestrar e armazenar carbono nestas áreas poderá trazer benefícios ambientais, econômicos e sociais para os moradores desta região e contribuição significativa no processo de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Além da incrementação do sequestro de carbono trazer melhorias na fertilidade do solo, com aumento da produtividade e obtenção de alimentos que visam garantir a segurança e soberania alimentar. Destaca-se também que a Caatinga é um bioma relevante dentro do contexto geográfico do Tribunal, visto que existem diversas comarcas que fazem parte deste contexto e tem sofrido com processo de desertificação devido aos impactos ambientais da sociedade.

Etapas de Implementação:

1. Planejamento: (2025/2º semestre)

    - ✓ Identificar áreas disponíveis para a recuperação, priorizando terrenos do tribunal, terrenos públicos e de comunidades parceiras.

2. Parcerias: (2025/2º semestre)

    - ✓ Firmar convênios com ONGs, prefeituras, universidades, viveiros e outros órgãos ambientais para fornecer mudas e apoio técnico.

3. Execução do Plantio: (2026)

    - ✓ Realizar mutirões de plantio com o apoio de servidores, magistrados e comunidades locais

4. Manutenção Inicial:
    - ✓ Garantir irrigação e cuidados básicos para a sobrevivência das mudas (Anualmente).

Aplicação:

- ✓ Destinado a todas as regiões em que o TJPB possui unidades ou atua, priorizando áreas degradadas ou com baixa cobertura vegetal.

Monitoramento e Gestão:

- ✓ Responsável: Núcleo de Sustentabilidade e parceiros locais.

Controle e Avaliação:

- ✓ Relatórios semestrais sobre a taxa de sobrevivência das árvores plantadas.
- ✓ Auditorias anuais para verificar o impacto ambiental gerado.
- ✓ Medição da captura de carbono das árvores em parceria com especialistas ambientais.

Viabilidade Econômica:

- ✓ Baixo custo inicial devido às parcerias para fornecimento de mudas e apoio técnico. Custos adicionais com manutenção e monitoramento podem ser reduzidos pela participação voluntária e por doações.

Impacto Esperado:

- ✓ Compensação anual de emissões residuais de GEE da organização.
- ✓ Incremento da cobertura vegetal e contribuição para a biodiversidade local.
- ✓ Maior engajamento da sociedade e servidores em práticas sustentáveis.
- ✓ Contribuição direta para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima) e ODS 15 (Vida Terrestre).

INDICADORES DE MONITORAMENTO

Indicadores Relacionados à Resolução Nº 594 de 2024 (Programa Justiça Carbono Zero):

1. **Indicador de Redução de Emissões de GEE**

Descrição: Medir a redução percentual das emissões de gases de efeito estufa em relação aos níveis iniciais.
Meta: Reduzir as emissões em 10% a cada 2 anos, até atingir a neutralidade de carbono em 2040.
Frequência: Anualmente
Fonte de Dados: Relatórios de inventário de emissões, sistemas de monitoramento de energia e transporte.

2. **Indicador de Eficiência Energética**

Descrição: Aumento da eficiência no consumo de energia elétrica nas instalações do TJPB.
Meta: Reduzir o consumo de energia por metro quadrado em 5% a cada ano.
Frequência: Anualmente
Fonte de Dados: Medições de consumo de energia e relatórios de auditoria energética.

3. **Indicador de Uso de Energia Renovável**

Descrição: Percentual de energia consumida proveniente de fontes renováveis.
Meta: Alcançar 30% de energia renovável utilizada até 2030.
Frequência: Anualmente
Fonte de Dados: Contratos de fornecimento de energia, relatórios de consumo energético.

4. **Indicador de Redução de Deslocamentos em Veículos Poluentes**

Descrição: Percentual de redução nos deslocamentos de servidores em veículos movidos a combustíveis fósseis.
Meta: Reduzir em 15% os deslocamentos em veículos movidos a combustíveis fósseis até 2030.
Frequência: Anualmente
Fonte de Dados: Relatórios de transporte, registros de uso de veículos do TJPB.

5. **Indicador de Capacitação e Conscientização**

Descrição: Percentual de servidores e magistrados treinados sobre práticas sustentáveis e descarbonização.
Meta: Treinar 80% dos servidores e magistrados até 2026.
Frequência: Anualmente
Fonte de Dados: Registros de treinamentos, plataformas de educação interna.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Escopo	Projetos e Ações	2025		2026-2030	2030-2040	2040-2050
		1º semestre	2º semestre			
2	Programa de Transição para Energia Limpa - Instalação de Painéis Solares Fotovoltaicos					
2	Implementação de Sistemas Automatizados de Gestão de Energia					
2	Substituição de Equipamentos Obsoletos por Modelos Mais Eficientes-					
1	Programa de Substituição de Gasolina por Etanol na Frota Flex-					
1	Substituição gradual da frota flex por veículos elétricos					
1	Incentivo ao Uso de Transporte Público					
3	Programa de eficiência de viagens a negócio					
3	Implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos do TJPB					
3	Implantação de Sistemas de Compostagem de Resíduos Orgânicos nos Prédios Administrativos					
1,2 e 3	Capacitação sobre Práticas Sustentáveis (Escopo 1,2 e 3)					

1,2 e 3	Campanhas Internas de Sensibilização Ambiental					
1,2 e 3	Webinário/Palestra de Sensibilização sobre o Programa Carbono Zero para Alta Administração					
1,2 e 3	Projeto de compensação Projeto de Revegetação e Recuperação de Áreas Degradadas no Bioma Caatinga.					